

ANÁLISE DOS RECURSOS NATURAIS NA PRÁTICA DO TURISMO EM PORTO SEGURO

ANALYSIS OF NATURAL RESOURCES IN THE PRACTICE OF TOURISM IN PORTO SEGURO

Renata Coppieters Oliveira de Carvalho^{*1} Valéria Oliveira Santos ^{*2}

Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente – Rede PRODEA (UESC/UFC). Professora do Curso de Turismo da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Campus Eunápolis. E-mail: renatacopi@gmail.com *1

Graduanda em Turismo pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Campus Eunápolis. E-mail: leria_v@hotmail.com *2

Palavras-chave **Resumo**

Territorialização.
Território.
Patrimônio
Natural.
Turismo.
Análise SWOT.

A territorialização é um processo de construção do território promovido pelo domínio do homem, esta afirmação nos direciona compreender Porto Seguro, como marco fundador do Brasil. A partir da colonização de exploração portuguesa é possível identificar uma área que acompanhou diversos ciclos econômicos: exploração de recursos naturais, principalmente madeira, industrialização de celulose e plantio de eucalipto; agricultura e turismo. O objetivo geral da pesquisa é analisar as implicações do processo de territorialização da prática turística nos recursos naturais localizados no distrito-sede de Porto Seguro. Metodologicamente constitui-se em um levantamento descritivo, abordagem quali-quantitativa, fundamentado em estudo bibliográfico, documental e de campo. Tem como instrumentos de coleta de dados a observação sistemática, a partir de quatro formulários do Inventário da Oferta Turística brasileira e registro fotográfico com identificação das coordenadas geográficas. Foram realizadas duas saídas a campo, em que se inventariou 19 recursos naturais, sendo que cinco deles tiveram coleta a partir de dados secundários; elaborou-se uma matriz SWOT com os dados obtidos e um quadro com recomendações para planejamento ambiental-turístico do local. Assim, a territorialização se apresenta com turismo massivo e de baixo ordenamento, porém, ainda são possíveis práticas de turismo alternativo como de natureza, de experiência e base comunitária, fazendo-se necessário um planejamento turístico sistêmico, conforme as diretrizes propostas, formação de profissionais responsáveis e projetos turísticos aliados à recuperação de recursos naturais.

ISSN

2594-8407



Licenciada por *Creative Commons* Atribuição Não Comercial/Sem Derivações / 4.0/ Internacional

Revisado por pares

Submetido

13/11/2020

Aprovado

20/10/2021

Publicado

16/11/2021

Keywords

*Territorialization.
Territory.*

Abstract

Territorialization is a process of territory construction promoted by the domain of man, this statement leads us to understand Porto Seguro, as a founding landmark of Brazil. From the colonization of Portuguese exploration, it is

Natural patrimony. Tourism. Analysis SWOT. possible to identify an area that has followed several economic cycles: exploration of natural resources, mainly wood, pulp industrialization and eucalyptus planting; agriculture and tourism. The objective of the research is to analyze the implications of the territorialization process of the tourist practice in the natural resources located in the Municipality of Porto Seguro. Methodologically, it is a descriptive survey, a qualitative and quantitative approach, based on a bibliographic, documentary and field study. It has as instruments of data collection the systematic observation, from four forms of the Inventory of the Brazilian Tourist Offer and photographic record with identification of the geographic coordinates. Two field trips were carried out, in which 19 natural resources were inventoried, five of which were collected from secondary data; a SWOT matrix was elaborated with the obtained data and a table with recommendations for environmental-tourism planning of the place. Thus, territorialization presents itself with massive and low-order tourism, however, alternative tourism practices such as nature, experience and community base are still possible, making systemic tourism planning necessary, according to the proposed guidelines, training of professionals responsible and tourism projects allied to the recovery of natural resources.

Como Citar:

Carvalho, R. C. O., Santos, V. (2022). Análise dos recursos naturais na prática do turismo em Porto Seguro. *Ateliê do Turismo*. Campo Grande / MS, 6(1), 78-98

INTRODUÇÃO

O espaço turístico é entendido como consequência da distribuição de atrativos turísticos, empreendimentos e infraestrutura turística no território (Boullón, 2002), caracterizando-se como o principal objeto de consumo do turismo. Visto que a atividade atua na (re) produção espacial, induzindo a (re) configuração social, cultural e paisagística (Silva, 2012).

Pode-se entender que espacialmente estão incluídos as relações sociais, o território e o meio ambiente no fazer turismo. Partindo desse pressuposto, a presente pesquisa objetiva analisar as implicações do processo de territorialização na prática turística a partir da utilização dos recursos naturais localizados no município de Porto Seguro, Bahia (BA).

Tem-se a região como o marco histórico civilizatório do Brasil com a chegada dos portugueses, em 22 de abril de 1500 (Araújo & Silva, 2008). Pereira (2017), afirma que até o início de 1980, o local era considerado como uma simples “aldeia de pescadores”, mas as alterações fundiárias provocaram migrações internas na região e incentivaram a ocupação da orla norte. Além de pessoas, foram surgindo também investimentos públicos e privados para os núcleos urbanos da zona costeira, destinados à formação de infraestrutura para transformar o turismo como base da economia. Assim, passa a ser divulgado como um destino turístico de “sol e praia” (idem) sobrepondo o contexto cultural e histórico.

Desse modo, “a cidade progressivamente foi atraindo turistas, investidores e moradores que contribuíram decisivamente para a modificação da paisagem, culminando na década de 1990, com a implementação do Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia –

PRODETUR-BA” (Araújo & Silva, 2008, p. 110). Silva (2004) e Pereira (2017) destacam que este formato de desenvolvimento do turismo sem conhecimento prévio das vulnerabilidades ambientais trouxe impactos como: favelização, poluição das águas costeiras, ocupação irregular a beira mar, esgoto, além da gestão de resíduos insuficiente.

Dito isso, questiona-se “Quais as implicações do processo de territorialização nos recursos naturais devido à prática do turismo no município de Porto Seguro, Bahia?”. Para tanto, os objetivos específicos do estudo são: a) Fazer um levantamento dos recursos naturais de Porto Seguro; b) Elaborar um diagnóstico dos recursos naturais problematizando a questão do uso e apropriação dos mesmos pelo turismo; e c) Propor diretrizes para (re)avaliar a questão ambiental frente ao processo de territorialização da prática turística no município.

Quanto à abordagem, trata-se de uma pesquisa de cunho quali-quantitativa (Ensslin & Vianna, 2008). Para coleta de dados utilizou-se de sites dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais e quatro formulários (categorias C.1.1; C.1.2; C.1.4; C.1.5) do “Inventário da Oferta Turística” do Ministério do Turismo (MTUR, 2011b) de forma a se obter um banco de dados.

Para elaboração de diagnóstico utilizou-se a análise das *Strengths, Weaknesses, Opportunities* e *Threats* – SWOT (Humphrey, 1960), traduzido em português como FOFA (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças, respectivamente). A proposição de diretrizes de planejamento (Moraes, 2006) ocorreu com base na observância dos recursos naturais existentes.

RECURSO NATURAL DO TERRITÓRIO COMO ELEMENTO DE ATRAÇÃO TURÍSTICA

O Brasil é um país com grande biodiversidade, caracterizado por seus sete biomas e diversos ecossistemas, apresentando um cenário propício para a atividade turística em ambientes naturais (MTUR, 2010a). Esta afirmação tem sido propagada pelos órgãos oficiais do turismo e do meio ambiente desde a década de 1990, porém harmonizar o uso da atratividade dos recursos naturais sem degradação dos mesmos (MTUR, 2010a) tem sido um desafio crescente para os setores.

Para ações de planejamento deve-se levar em consideração o processo de territorialização, isto é, compreender o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade inserindo-os num determinado contexto geográfico, “territorial” (Haesbaert, 2004). O conceito de território é tão abrangente que é impossível limitá-lo ou defini-lo como algo estático e imutável, logo ações de planejamento devem ser revisadas, avaliadas e retroalimentadas ao longo do tempo.

Desse modo, para Balastreri Rodrigues (2006, p. 304),

[...] o território turístico resulta da prática turística, ao mesmo tempo em que a concretiza e é transformado por ela, através de um processo dialético de desterritorialização e reterritorialização, perpassando a multiterritorialidade, cujo marco teórico se apóia basicamente em Haesbaert (2004 e 2005).

Já para Santos (1998, p. 16) “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”. Isso é: a porção que está em uso pelas pessoas. Seguindo esse pensamento, Haesbaert (2004, p. 1) afirma que “desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica [...] por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva ‘apropriação’”.

Assim, o território é visto como uma relação de domínio, poder e apropriação. Para o autor, territorializar significa proporcionar um “poder” (multiescalar, multidimensional, material, imaterial, de dominação e apropriação) sobre a reprodução de grupos sociais. Ou seja, quando se fala no processo de territorialização de um local, nada mais é do que a inserção de determinada dominação sobre a sociedade, que permite a organização territorial.

Considerando a territorialização como um movimento de constituição de referenciais simbólicos e identitários (materiais e imateriais) junto a um recorte espacial definido (Fuini, 2013) e que esse processo de construção do território é promovido pelo domínio do homem (Araújo & Caldas, 2019), o estudo propõe problematizar como isso se dá em destinos turísticos.

Para corroborar ao estudo, define-se recurso natural como “qualquer elemento ou aspecto da natureza que esteja em demanda, seja passível de uso ou esteja sendo usado direta ou indiretamente pelo Homem como forma de satisfação de suas necessidades físicas e culturais, em determinado tempo e espaço” (Venturi, 2006, p. 13). São eles: energia solar, ar, solo, água, vegetação, minerais, vida selvagem e outros, que saciam as necessidades materiais e imateriais dos homens (Nakayama, 1994 citado por Wallingre & Toyos, 2010).

Albuquerque (2015, p. 51) concebe recurso natural como aquele “capaz de integrar os sistemas naturais e sistemas sociais na análise dos sistemas ambientais (sistemas superiores), concebendo a dimensão econômica e cultural expressas na organização espacial” criando territorialidades no tempo e espaço. Assim, o conceito assume atributos híbridos formando o entendimento de elemento da natureza, presente temporal e espacialmente, além de adquirir caráter eminentemente geográfico, de valoração cultural (idem). Com isso, percebe-se que a sociedade que participa da utilização desse recurso pode imprimir significados não existentes previamente, gerando novas territorialidades.

Dessa forma, os recursos naturais entendidos “como elemento e/ou aspecto natural, passíveis, respectivamente, de serem apropriados pela sociedade de forma direta e indireta” (ibidem, p. 60), quando utilizados para fins turísticos são chamados “atrativos”. A atração turística, também intitulada de atrativo ou ponto turístico, é um lugar que os turistas visitam, por interesse, valor cultural, importância histórica, beleza natural ou artificial, originalidade, singularidade, mistério, diversão ou recreação (Falcão, 2016).

Atrativo turístico é um “objeto ou acontecimento capaz de motivar um turista a deixar sua residência habitual para se deslocar para conhecê-lo e vivenciá-lo” (Wallingre & Toyos, 2010, p. 27, tradução nossa). É algo criado ou modificado para recepção do turista, um recurso preparado para a oferta turística (Gomes, 2019). Para Navarro (2015) esse processo de transformação do recurso consiste em torná-lo conhecido e acessível, facilitando a experiência turística, por meio do que ele chama de *identificación e conversión*. E isto implica

um processo de registro, reconhecimento, avaliação, gestão, disponibilização de instalações e/ou o desenvolvimento de histórias e atividades, por parte da esfera pública ou privada.

O Inventário da Oferta Turística – INVTUR (MTUR, 2011b) divide os atrativos turísticos em naturais (relevo continental, zona costeira, hidrografia, unidades de conservação e similares) e culturais. Entretanto, o atrativo não é a única variável na escolha de um destino. Para Martins (2019) a escolha de um local vai além do próprio atrativo turístico, como fatores pessoais – e. g. lazer e estudos – viagens de negócios, clima, infraestrutura, entre outros.

Conforme Gabrielli (2017), ao longo do tempo, com as modificações estruturais a sociedade foi desenvolvendo novos gostos, anseios, formas de pensar, que convergiram para alterações nas dinâmicas sociais, surgindo em decorrência disso, novos modos de viajar. Essas formas de viagem podem ser intituladas de “turismo alternativo” e não necessariamente excluem o tradicional, apenas buscam atender uma nova demanda, ambos partem do mesmo princípio de deslocamento e podem se complementar.

Define-se, o turismo alternativo como “forma de turismo que demonstra ser coerente com valores natural, social e comunitário e que permite que tanto hospedeiros quanto hóspedes desfrutem uma interação positiva e conveniente” (Wearing & Neil, 2001, p. 4). Sendo assim, considera como premissa filosófica de desenvolvimento a busca pela harmonia com a natureza e sociedade.

Para Nigro e Denkewicz (2017, p. 747), “traz à tona problemas causados pelo modelo ‘sol e praia’, ou como alguns autores preferem chamar: turismo de massa, que usa, de forma desordenada, os recursos naturais e culturais, colocando em risco ambientes frágeis e costumes de comunidades”. Além disso, ele busca ganhos para todos os envolvidos, tendo como principal característica a participação ativa da comunidade receptora, e é adaptável em iniciativas que se ajustem a realidade de destinos tradicionais e sejam vetores de desenvolvimento local (Gabrielli, 2017).

METODOLOGIA

O município de Porto Seguro é constituído do distrito-sede, quatro distritos (Arraial D’Ajuda, Caraíva, Trancoso, Vale Verde), e dois povoados (Vera Cruz e Pindorama) (Figura 1). Porto Seguro é um destino localizado no Extremo Sul da Bahia, categorizado na Costa do Descobrimento, como categoria A no Mapa do Turismo brasileiro (MTUR, 2019). Está a 711,4 km de Salvador, capital do estado, a população compreende 148.686 pessoas, sendo a unidade territorial de 2.285,764 km² e densidade demográfica de 52,70 hab/km², conforme Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019). Segundo dados de 2014 de órgãos como Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Seguro (SMMA), Conservação Internacional (CI), Grupo Ambientalista da Bahia (GAMBA) e Movimento de Defesa de Porto Seguro (MDPS), o turismo local se destaca principalmente pela dependência dos recursos naturais, em especial os da zona costeira. E por isso, a área de estudo compreende a sede municipal que abarca o maior número de equipamentos turísticos da costa.

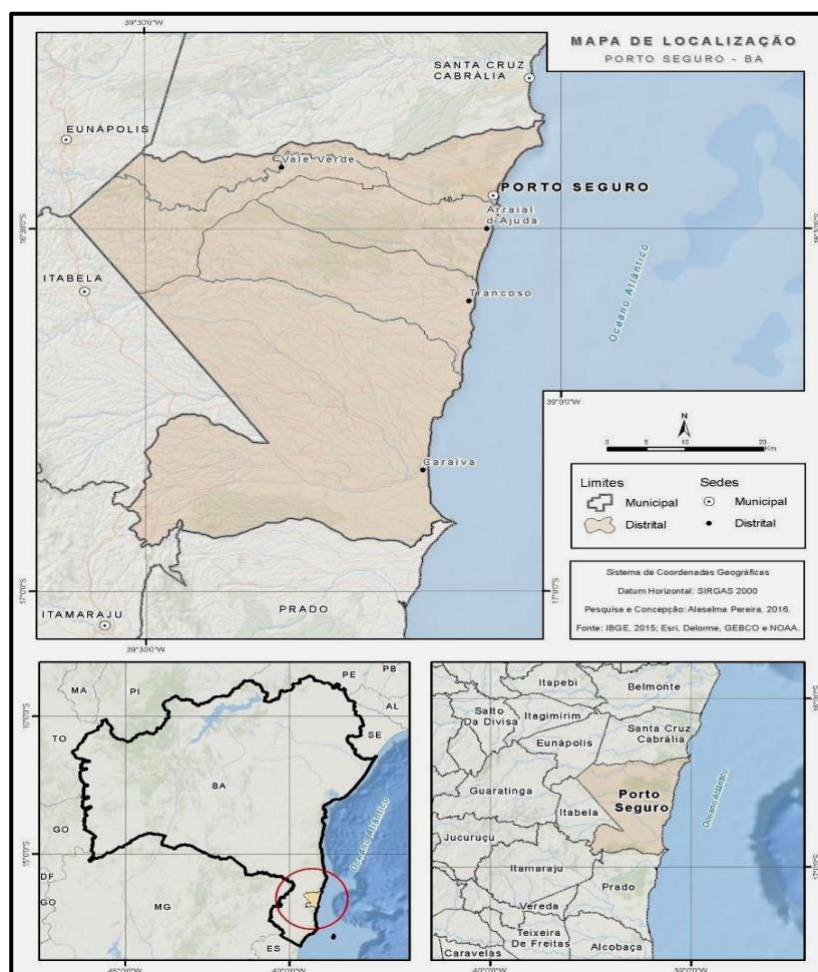


Figura 1. Mapa de localização de Porto Seguro, Bahia; Fonte: Pereira, 2017.

A pesquisa se caracteriza como descritiva (Sposito, 2004) de abordagem quali-quantitativa, no qual se utilizaram os formulários de inventário turístico brasileiro (MTUR, 2011b), observação de campo e registros fotográficos com marcação de coordenadas geográficas *in loco*. Na primeira etapa foi realizada a pesquisa bibliográfica de autores que subsidiassem o entendimento sobre território (Araújo & Caldas, 2019; Balastrieri Rodrigues, 2006; Boullón, 2002; Fuini, 2013; Haesbaert, 2004; Santos, 1998), recursos naturais (Albuquerque, 2015; Falcão, 2016; Venturi, 2006; Wallingre & Toyos, 2010) e turismo alternativo (Gabrielli, 2017; Navarro, 2015; Nigro & Denkewicz, 2017; Wearing & Neil, 2001), além da legislação municipal de turismo e de meio ambiente.

Foram realizadas duas saídas a campo (Rocha & Salvi, 2011), nos dias 13 de dezembro de 2019 e 13 de março de 2020, tendo como objetivo identificação dos recursos e atrativos existentes no recorte territorial e registro fotográfico das condições físicas e ambientais dos mesmos atualmente. Aliada a observação ocorreu o processo de preenchimento dos

formulários do INVTUR C.1.1 (relevo continental), C.1.2 (zona costeira), C.1.4 (hidrografia) e C.1.5 (unidade de conservação). Além da utilização de registro fotográfico a partir de celular e uso do aplicativo *Timestamp camera free* para registro das coordenadas geográficas.

Em virtude da emergência de saúde pública decorrente da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), as atividades de campo foram suspensas pelo Decreto Estadual nº 19.529/20 (Bahia, 2020). Assim, a partir de então o estudo se deu por meio de atividades remotas, em *home office*, e pesquisas bibliográficas.

Após a inventariação e observação de campo utilizou-se a Análise SWOT, uma técnica universal de autoria de Humphrey (1960), para avaliação de ambientes organizacionais como municípios. Nas duas primeiras variáveis (Forças e Fraquezas) se identificam pontos positivos e negativos do ambiente interno, e nas duas últimas (Oportunidades e Ameaças) do ambiente externo. Na última etapa se propôs as diretrizes com base no Planejamento Ambiental Municipal do Turismo (PLAMTUR) de Moraes (2006).

DIAGNÓSTICO TURÍSTICO DO DISTRITO-SEDE DE PORTO SEGURO

Porto Seguro conta com diversidade de recursos naturais, como praias, microbacias hidrográficas, restingas, manguezais, recifes de corais, falésias, áreas preservadas e relevos que formam paisagens de alto valor para o turismo. De acordo a classificação do MTUR (2011b), pôde-se identificar 19 atrativos naturais na Sede Municipal (Figura 2):

Atrativos	Exemplos	Recursos Naturais da Sede de Porto Seguro
Relevo continental	Tabuleiro	Cidade Alta (Centro Histórico de Porto Seguro)
	Planície	Cidade Baixa (Núcleo urbano de Porto Seguro)
Zona Costeira	Praia	Praia do Cruzeiro; Praia do Curuípe; Praia de Itacimirim; Praia de Mundaí; Praia de Taperapuan; Praia de Ponta Grande; Praia de Mutá.
Hidrografia	Rio	Rio da Vila; Rio São Francisco; Rio Curuípe; Rio Mundaí; Rio dos Mangues; Rio Jardim; Rio Buranhém.
Unidades de Conservação	Área de Proteção Ambiental (APA)	Área de Proteção Ambiental Coroa Vermelha
	Parque	Parque Municipal Marinho do Recife de Fora (PMMRF)
Sem categoria	Horto	Horto Histórico Florestal Rio da Vila

Figura 2. Inventário dos Atrativos Naturais de Porto Seguro (BA); Fonte: Autores (2020) a partir de MTUR (2011a).

O relevo da região pode ser caracterizado de acordo Dantas, Medina e Shinzato (2002) em três: Superfície Pré-Litorânea, Tabuleiros Costeiros e Planícies Flúvio-Marinhas. A Sede municipal está dividida em Cidade Alta e Cidade Baixa devido a sua geografia. A Cidade Alta está localizada sobre os Tabuleiros Costeiros, que estão por todo extremo sul baiano e muitas vezes atingem a linha de costa por meio de falésias (Figura 3) ativas de até 40 m de altura (Dantas *et al.*, 2002).



Figura 3. Falésias na Cidade Alta, Porto Seguro (BA); Fonte: Santos (2020).

Figura 4. Centro Histórico na Cidade Alta, Porto Seguro (BA); Fonte: Santos (2020).

Nela encontra-se o Centro Histórico de Porto Seguro, perímetro tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2007) e atrativo turístico cultural, devido à preservação do patrimônio material que remete à colonização portuguesa, como a Igreja de Nossa Senhora da Pena, a Casa de Câmara e Cadeia, a Igreja da Misericórdia e o Marco do Descobrimento (Figura 4), além de propriedades privadas (em geral, de antigos moradores), alguns meios de hospedagem e uma feira durante a festa da Igreja de Nossa Senhora da Pena.

A Cidade Baixa compreende principalmente a zona urbana e linha da costa do município, onde estão às planícies flúvio-marinhas nos fundos de vales e fozes dos principais rios, mangues e recifes de arenitos. Nela está situada a zona costeira de Porto Seguro que possui 15 km de extensão e é dividida em Litoral Norte e Sul.

A orla sul, conhecida como “Passarela do Álcool” (ou “do Descobrimento”), está localizada no centro da cidade, já a orla norte (Figura 5) abrange as praias do Cruzeiro, Curuípe, Itacimirim, Mutá, Mundaí, Ponta Grande e Taperapuan, onde se localizam 60 barracas de praia (Santana, 2014). Com isso, apenas o litoral norte, onde se encontram os recursos naturais, faz parte da área de pesquisa e no mesmo foram identificados vestígios de resíduos domésticos (Figura 6).



Figura 5. Orla Norte na Cidade Baixa, Porto Seguro (BA); Fonte: Santos (2020).

Figura 6. Impactos na Praia de Ponta Grande, Porto Seguro (BA); Fonte: Santos (2020).

Nesse local existe a BR-367 que divide os recursos naturais, utilizados pelas barracas de praia, dos equipamentos de infraestrutura turística (meios de hospedagem, equipamentos de alimentação e outros), culturais (Centro Histórico, Outeiro da Glória, Alto do Mundaí) e de modificação da paisagem, formando assim um conglomerado turístico de fácil acesso para os visitantes. Nesse sentido, verificou-se que a presença de empreendimentos turísticos nas praias da orla norte e constante construção de condomínios no local ocasiona contaminação de rios e riachos com despejo de esgoto, acúmulo de resíduos sólidos e líquidos, e aumento da produção de lixo (Santana, 2016).

Com relação aos rios, de acordo SMMA, CI, GAMBÁ e MDPS (2014) e as políticas municipais, existem no distrito-sede sete rios. Sabe-se que pelo menos um deles, o Rio Buranhém, sofre diretamente com as consequências do turismo desordenado, onde garrafas plásticas, de vidro e de metal são jogadas no leito do rio pelos transeuntes da Passarela do Descobrimento, atrativo turístico de atrações noturnas e festas da orla sul (Santana, 2016). Ainda nesse recurso natural, ocorre à travessia de balsa para o distrito de Arraial d'Ajuda, também turístico, e tais embarcações são abastecidas às margens do mesmo, tendo o risco de contaminação da água com o vazamento de óleo.

Sendo assim, se constatou que três recursos (Praia de Ponta Grande, Praia de Taperapuan, Rio dos Mangues) estão em estado de poluição com resíduos sólidos jogados nas áreas, e cinco rios (da Vila, São Francisco, Curuípe, Mundaí e Buranhém) possuem poluição de esgoto ou dejetos domésticos (Figura 7). Foi também considerada como impacto a interferência na natureza por parte dos visitantes como visto em casos de banhistas que coletam crustáceos nos rios e mangues (Figura 8).



Figura 7. Esgoto no Rio Mundaí; Fonte: Santos (2020).

Figura 8. Crustáceo pegado por banhista devolvido ao Rio dos Mangues; Fonte: Santos (2020).

Ao todo o município possui 25 unidades de conservação (UCs), sendo que oito permitem o uso público (SMMA, CI, GAMBA, & MDPS, 2014). Dessas, possuem acesso pelo distrito-sede o Parque Municipal Marinho do Recife de Fora (PMMRF) e a Área de Proteção Ambiental (APA) de Coroa Vermelha, bem como o Horto Histórico Florestal do Rio da Vila (que não possui categoria de UC). O PMMRF oferece passeios para a observação dos bancos de corais, formas submersas ou parcialmente emersas durante os períodos de maré baixa (Dantas *et al.*, 2002) que desenvolvem pináculos de coral em forma de cogumelo, denominados de “chapeirões” (Leão, Kikuchi, Ferreira, Neves, Sovierzoski, Oliveira, Maida, Correia & Johnsson, 2016).

Assim sendo, foi possível constatar na pesquisa que a gestão pública é imprescindível para esses três locais, sem ela os impactos de visitação são mais graves e perceptíveis. Entretanto, o município prioriza recursos que sofreram pressões para a proteção, como o Centro Histórico e os recifes, deixando rios e praias com menos instrumentos legislativos, órgãos de proteção, fiscalização.

Verificou-se também que a territorialização do turismo em Porto Seguro, impulsionada pelos investimentos do PRODETUR nas décadas de 80/90, trouxe diversas consequências socioambientais com a instalação de equipamentos turísticos (Carvalho, Pimenta & Schiavetti, 2018) e afastamento da população do centro urbano. A Figura 9 apresenta como a área está dividida a partir da territorialização, mostrando que a linha da costa (Bairros de Ponta do Mutá, Taperapuan, Mundaí, Orla Norte e Centro) quase não conta com vegetação e há, no geral, uma dispersão urbana, excetuada apenas pelos empreendimentos turísticos em Taperapuan/Orla Norte e pelo Centro.

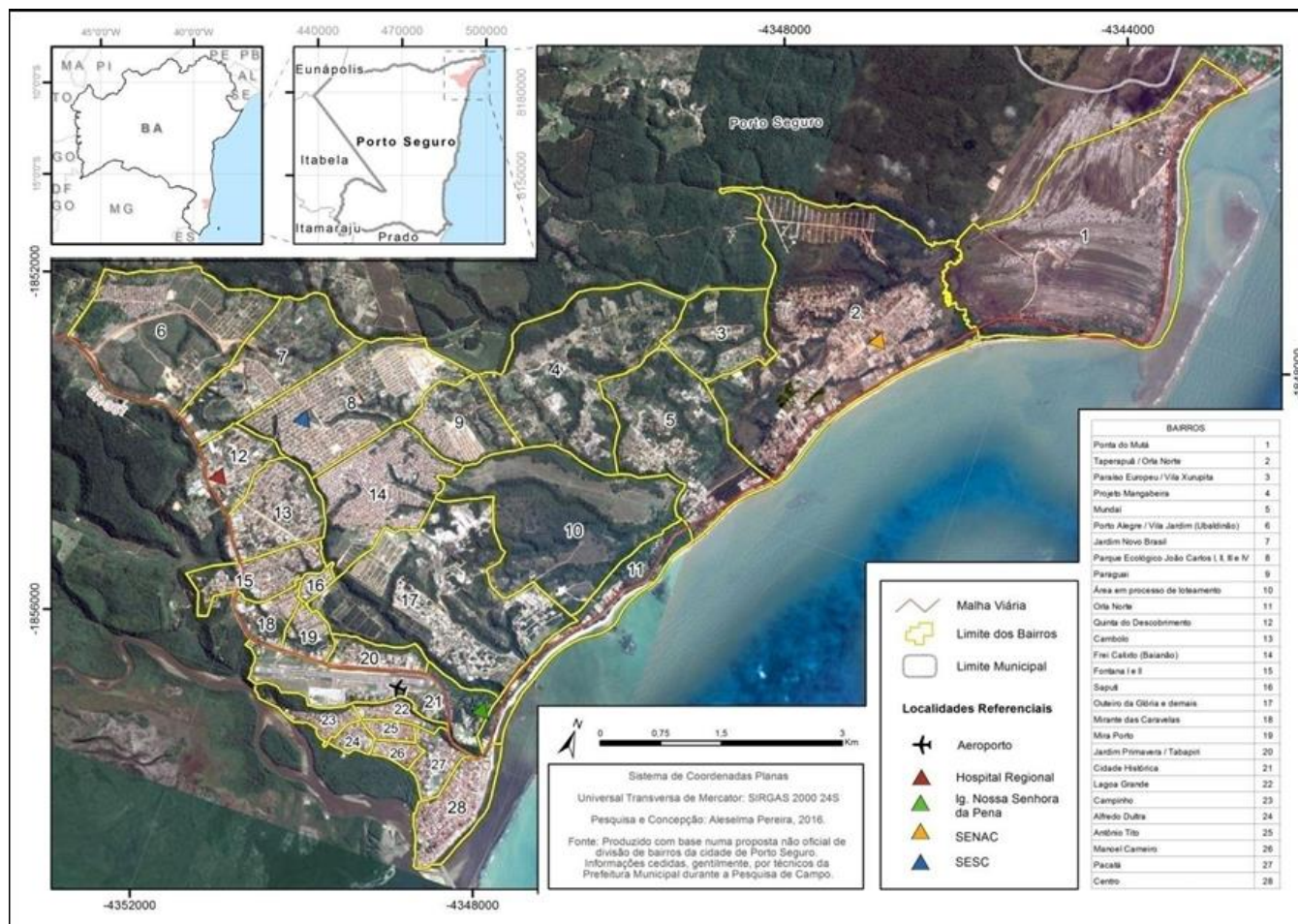


Figura 9. Mapa de Divisão territorial de Porto Seguro (BA); Fonte: Pereira (2017).
 Legenda: Fonte da imagem de satélite não divulgada pela autora.

Por outro lado, nota-se que as áreas de maior aglomeração estão no lado leste (bairros Parque ecológico João Carlos I, II, III, IV, Paraguai, Quinta do descobrimento, Cambolo, Frei Calixto/Baianão, Fontana I e II, Sapuã), longe da zona costeira e dos atrativos turísticos naturais. Desse modo, acredita-se que a territorialização e o turismo contribuíram com a diminuição da vegetação, o despejo de resíduos sólidos e a interferência antrópica em áreas naturais presentes na orla de Porto Seguro. Desse modo, a partir do inventário e observações de campo, foi realizado diagnóstico do destino por meio da análise SWOT.

ANÁLISE SWOT DOS ATRATIVOS NATURAIS DE PORTO SEGURO

Porto Seguro está localizado no extremo sul da Bahia, próximo à divisa com Minas Gerais, de onde provém a maior demanda para o município. Esse privilégio se repete com relação aos recursos naturais que se encontram a poucos quilômetros do centro urbano e dos

meios de hospedagem da sede, o que facilita tanto a moradores quanto a visitantes o acesso às praias, rios e o trânsito entre cidade alta e baixa, ligadas por uma escadaria, que possui vigilância da polícia municipal.

A cidade possui uma marca consolidada e marketing massivo organizado pelas operadoras de turismo em torno das barracas de praia da sede e dos distritos de Arraial d'Ajuda, Trancoso e Caraíva. Outro ponto positivo é a legislação municipal que conta com vários instrumentos de gestão ambiental como: Secretaria Municipal de Meio Ambiente; Conselho Municipal de Meio Ambiente; Código Municipal de Meio Ambiente; Lei de Compensação Ambiental; Código de Obras; Projeto Porto Seguro Pelo Meio Ambiente; etc.

Observou-se a presença de espécies endêmicas de fauna e flora, recifes de corais e falésias mesmo em meio à poluição, urbanização e impactos resultantes da presença antrópica. Assim, esses recursos podem ser utilizados tanto para o turismo de natureza, quanto para outras modalidades de turismo, como o cultural e o pedagógico. São exemplos, o Rio da Vila, primeiro a abastecer a cidade, localizado próximo ao Centro Histórico; o Rio Jardim, que passa por três UCs; e o Rio São Francisco que desemboca próximo ao Memorial da Epopeia do Descobrimento.

Nas fraquezas se percebeu que, dos locais pesquisados, apenas a Cidade Alta e o PMMRF possuem pessoal para instrução aos visitantes, havendo uma necessidade de profissionais para educação ambiental, histórica e/ou turística nos outros recursos. Segundo Carvalho *et al.* (2018), o município é um dos locais do Museu Aberto do Descobrimento (MADE) que possui áreas ambientalmente vulneráveis, como Áreas de Preservação Permanente (APPs) e faixas de areia de praia, que sofrem com as mudanças climáticas, entretanto Porto Seguro não conta com planos de enfrentamento às essas mudanças, o que denota outra fraqueza no ambiente interno (Figura 10).

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • Localização privilegiada próxima dos destinos emissores (SP, RJ, MG); • Marca forte e conhecida – destino indutor de turismo; • Marco civilizatório do Brasil; • Tombamento do patrimônio histórico; • Alta densidade de Mata Atlântica; • Preservação de aldeamentos indígenas; • Alta densidade de equipamentos turísticos; • Presença de espécies endêmicas de fauna e flora, recifes de corais e falésias; • Existência do Museu Aberto do Descobrimento; 	<ul style="list-style-type: none"> • Carência de educação ambiental para população e visitantes; • Inexistência de planos de enfrentamento as mudanças climáticas; • Áreas ambientalmente vulneráveis (áreas de preservação permanente e praias); • Despejo de esgoto e resíduos próximo a córregos, mangues e rios, que deságuam no mar; • Falta de sinalização turística; • Falta de cadastro das UCs no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação; • Necessidade de melhoria da infraestrutura do Píer Municipal, Colônia de Pesca e Balsa;

<ul style="list-style-type: none"> • Instrumentos municipais para gestão ambiental; • Existência do Aeroporto Internacional de Porto Seguro (BPS). 	<ul style="list-style-type: none"> • Déficit de fiscalização quanto ao cumprimento da legislação local de turismo; • Falta de acessibilidade para a pessoa com deficiência física, mental, intelectual ou sensorial; e para pessoas com mobilidade reduzida, terceira idade, gestantes, obesidade.
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Potencial para práticas de turismo alternativo; • Atrair novas demandas de fluxo turístico; • Apresentar o Patrimônio Histórico do município com base na valorização do acervo arquitetônico presente na cidade histórica; • Divulgar roteiros de visitação as unidades de conservação; • Possibilidade de agregar serviços e atrativos naturais e culturais em roteiros turísticos; • Utilizar tecnologia para fiscalização dos atrativos naturais; • Gestão e monitoramento constante dos recursos naturais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Impactos da pandemia no município, principalmente no setor de turismo; • Aumento do desemprego; • Mudanças climáticas; • Impactos da visitação; • Possibilidade de conflitos entre Cabanas de Praia e setor público; • Altos custos no marketing para renovação da marca “Porto Seguro”, voltada ao turismo alternativo; • Gastos para o desenvolvimento de tecnologias de monitoramento e fiscalização; • Inibição da demanda turística para a região.

Figura 10. Ambiente SWOT dos atrativos naturais de Porto Seguro (BA); Fonte: Autores (2020).

Além disso, os dutos de esgoto passam próximo aos rios e foz, isso quando não são despejados nos mesmos, como visto nos rios dos Mangues, da Vila e Jardim, que seguem o curso para o mar. Desse modo, a poluição dos rios resulta na poluição dos mares também. Destaca-se ainda a falta de cadastro das UCs no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), que atualmente é, junto ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (Brasil, 2000), um instrumento para regularização das mesmas, que poderia auxiliar na escrita do plano de manejo do Horto Histórico-Florestal e no incentivo a maior preservação dos recifes de corais do PMMRF.

Na análise do ambiente externo, as principais oportunidades são para a prática de formas alternativas com ênfase na natureza, comunidade receptora, e cultura local. Segundo Carvalho *et al.* (2018), o ideal para os municípios do MADE é a valorização do patrimônio e da arquitetura das cidades históricas e da divulgação de roteiros em áreas preservadas. Entretanto, a maior ameaça tanto para Porto Seguro, quanto para outros destinos, são os possíveis impactos da pandemia em locais turísticos, como falência de empresas, redução

significativa do número de empregos, redução das receitas fiscais, diminuição da demanda e queda do turismo internacional (FGV, 2020).

DIRETRIZES PARA A QUESTÃO AMBIENTAL E TURÍSTICA

A partir da análise dos resultados obteve-se um diagnóstico que serviu de base para a elaboração de propostas para (re)avaliação da questão ambiental na área de estudo. As dez diretrizes aqui elaboradas (Figura 11) se baseiam em dados da pesquisa, na metodologia PLAMTUR de Moraes (2006) e no Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (SMMA, CI, GAMBA, & MDPS, 2014).

Dentre as diretrizes destacam-se na Gestão do Turismo dois aspectos principais: fiscalização e certificação verde, para a culminância do turismo alternativo. O aumento da fiscalização é necessário no município, para garantir o cumprimento da legislação. Segundo o Código Municipal de Meio Ambiente da Câmara Municipal de Porto Seguro (CMPS, 2005, p. 35), seção XI, a fiscalização ambiental deverá ser exercida por “agentes credenciados do SMMA, fiscais de meio ambiente, que no desempenho de suas funções, verificarão o cumprimento da legislação federal, estadual e municipal de proteção do meio ambiente e dos recursos naturais”.

Sua execução periódica é de extrema relevância nas praias, pois estimula aos empreendimentos e usuários respeitar outras medidas legais como: não trafegar com veículos automotores (CMPS, 1994); participação na campanha “Praia Limpa” (CMPS, 2010); instituição do Sistema de Acessibilidade (CMPS, 2015) e adequação às normas ambientais (CMPS, 2019a) e no Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro – PMGC (CMPS, 2019b).

Já a certificação verde é, segundo a Organização Mundial do Turismo (como citado em Teixeira & Dias, 2011) um importante recurso para aumento da responsabilidade e competitividade no setor turístico, pois busca garantir a qualidade dos produtos oferecidos e serviços prestados. Este selo pode ser adquirido de acordo à adequação em uma ou mais categorias predeterminadas. Por exemplo, “eficiência energética, gestão da água, alimentos orgânicos, veganos, manejo florestal, gestão de resíduos, biodiversidade, turismo e setor têxtil” (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas [SEBRAE], 2016, p. 1).

TEMA	AÇÕES POSSÍVEIS
Gestão do Turismo	<ul style="list-style-type: none"> • Fiscalização principalmente onde se identificou vestígios de poluição como Praia de Ponta Grande, Praia de Taperapuan, rios Buranhém, da Vila, São Francisco, Curuípe, Mundaí e dos Mangues; • Certificação Verde para estabelecimentos turísticos, meios de hospedagem localizados na orla norte, cabanas de praia, bares e restaurantes; • Implantar iniciativas de Turismo Alternativo.

Gestão Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Estruturar o município para a adoção de ações como zoneamento ambiental, avaliação de impacto ambiental, análise de risco, licenciamento, fiscalização e monitoramento; • Fazer revitalização dos rios, manejo das praias, saneamento e tratamento de esgoto adequado; • Adotar o gerenciamento ambiental específico para projetos e obras municipais de grande porte (Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental) e de médio porte (Relatórios de Impacto de Vizinhança).
Gestão de Resíduos Sólidos	<ul style="list-style-type: none"> • Minimizar a geração de resíduos sólidos; • Separação de resíduos de acordo a origem; • Incentivar cooperativas locais, para o serviço de reciclagem e reutilização de materiais recicláveis.
Educação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Atividades em sala de aula do ensino básico pensando os problemas ambientais locais, possíveis causas e soluções; • Atividades externas com visitas a recursos naturais para análise e comparação entre locais preservados e não preservados; • Formação de guias e instrutores juvenis da educação ambiental para atuar nesses recursos expondo aos visitantes e turistas instruções para preservação do local.
Unidades de conservação	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar o plano de manejo do Horto Histórico-Florestal Rio da Vila (SMMA) para ajuda-lo a ser adequar a uma categoria de UC; • Adequar categoria de manejo das UCs, de acordo SNUC e registrar no CNUC; • Instaurar regras de manejo de proteção à flora, fauna, águas e demais recursos naturais, para fins educacionais, científicos, recreativos e turísticos.
Comunidade local	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar pequenos empreendedores e autônomos; • Agregar valores aos produtos da agricultura familiar; • Fomentar cultura, arte, tradições, preservação natural e participação ativa da comunidade local, para Turismo Alternativo.
Capacitação profissional	<ul style="list-style-type: none"> • Oferecer cursos de turismo e meio ambiente para comunidade; • Formação de pesquisadores locais para desenvolver métodos de melhoria da qualidade de vida; • Formação de condutores de turismo, uso da mão de obra local e geração de emprego.
Infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria no Píer Municipal, Colônia de Pesca e Balsa Municipal; • Minimização dos riscos de contaminação do Rio Buranhém na Travessia de Balsa Porto Seguro-Arraial d'Ajuda; • Melhoria na infraestrutura de estradas, hospitais, iluminação nas praias, acesso da escadaria que liga Cidade Alta e Baixa, além de adequação de pontes, rampas e piso tátil que promovam a inclusão social e facilitem o acesso.
Instrumento de apoio a práticas sustentáveis	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de um manual de diretrizes com o nome de cada recurso natural aqui inventariado, sua importância para o ecossistema local, a problemática envolvida e as medidas que cada agente (setor público, privado, terceiro setor e sociedade civil) deve efetuar para recuperação da área. Deve levar em conta

	<p>todas as esferas (social, ambiental, econômica, cultural, política) envolvidas e ser elaborado junto à comunidade;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sinalização por meio de placas com a história do recurso natural, importância ecológica, social e turística; • Determinação da Capacidade de Carga Turística (CCT) conforme recurso natural.
Parcerias	<ul style="list-style-type: none"> • Parcerias junto a Instituições de Ensino (Universidade do Estado da Bahia, Universidade Federal do Sul da Bahia, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia) para pesquisas voltadas a proteção do meio ambiente e desenvolvimento do turismo.

Figura 11. Diretrizes de Planejamento Ambiental Municipal do Turismo para Porto Seguro, Bahia; Fonte: Autores (2021).

Apesar de não ser obrigatório, o incentivo do poder público para adoção de alguma dessas certificações em Porto Seguro, pode auxiliar a gestão ambiental e contribuir com a diminuição dos impactos causados. Estimulando esses dois aspectos o desenvolvimento do Turismo alternativo ganha efetividade, por exemplo, por meio do estímulo ao ecoturismo nas unidades de conservação (em especial APA Coroa Vermelha e PMMRF), ao turismo de base comunitária nas terras indígenas, assim como ao turismo de experiência no Horto Histórico Florestal Rio da Vila com roteiro cultural e natural.

Além disso, os meios de hospedagem e operadoras turísticas podem oferecer opções de atividades, aluguel de bicicletas, oficinas de artesanato, narração de histórias a beira do cais dos pescadores onde se localizam os moradores mais antigos do distrito-sede. Assim, as diretrizes que se propõem devem levar em consideração a participação do poder público, privado, comunidades e turistas tendo em vista o desenvolvimento sistêmico e holístico da atividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Porto Seguro é um dos destinos turísticos mais conhecidos da Costa do Descobrimento que serve como portão de entrada para a região. O processo de territorialização do turismo no local se deu principalmente devido aos investimentos do PRODETUR, que impulsionaram o desenvolvimento dos meios de hospedagem, barracas de praia e restaurantes.

Constatou-se que as principais implicações dessa territorialização nos recursos naturais do município foi o turismo massivo de baixo ordenamento; superlotação das praias; despejo de resíduos sólidos e esgoto nos rios e praias; déficits de planos turísticos respeitando as normas ambientais; carências de infraestrutura básica; ocupações irregulares em áreas de preservação permanente e restingas. Sendo mister, para mitigação e recuperação dos recursos, um planejamento turístico sistêmico, embasado nas diretrizes propostas, formação

de profissionais responsáveis e projetos turísticos comprometidos com a salvaguarda do meio ambiente.

Dessa forma, o estudo pode ser aprofundado em projetos futuros para levantamento de dados de outros recursos naturais da Sede municipal e dos distritos como restingas e mangues, bem como, para diagnósticos sobre a proteção do patrimônio natural de Porto Seguro. Os dados encontrados podem ser utilizados por órgãos públicos e privados, acadêmicos, pesquisadores, moradores e comunidade em geral, como instrumento auxiliar para elaboração de projetos.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque, F. N. B. (2015). *Recurso natural, organização espacial e ordenamento territorial: mineração e degradação de terras na depressão interplanáltica semiárida do Alto Coreaú (CE)*. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. Recuperado em 9 de setembro, 2020, de <http://hdl.handle.net/11449/138522>
- Araújo, C. C., & Caldas, A. S. (2019). Território, territorialização, territorialidade e a questão agrária: impasses socioespaciais, possibilidades analíticas. *Geosul*, 34 (70), 358-384. Recuperado em 9 de setembro, 2020, de <https://doi.org/10.5007/2177-5230.2019v34n70p358>
- Araújo, C. P., & Silva, S. B. (2008). As duas Porto Seguros. In: Valença, M. M., & Cavalcante, G. M. (Orgs). *Globalização e marginalidade: transformações urbanas* (pp. 109-119). EDUFRN.
- Balastrieri Rodrigues, A. (2006). Turismo e territorialidades plurais— lógicas excludentes ou solidariedade organizacional. In Lemos, A. I. G., Arroyo, M., & Silveira, M. L. *América Latina: cidade, campo e turismo* (pp. 297-315). San Pablo, Colômbia: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.
- Brasil. (2000). *Lei 9.985 de 18 de julho de 2000*, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília: MMA/IBAMA. Recuperado em 23 de agosto de 2019, de <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc>
- Boullón, R. C. (2002). *Planejamento do espaço turístico*. Bauru-SP: EDUSP.
- Carvalho, R. O. C., Pimenta, F. S., & Schiavetti, A. (2018). Museu Aberto do Descobrimento (MADE) na Bahia, Brasil: geossistema e vulnerabilidade ambiental. *Gaia Scientia*, 12 (4), 16-32. Recuperado em 9 de setembro, 2020, de <https://doi.org/10.22478/ufpb.1981-1268.2018v12n4.34093>
- Bahia. *Decreto nº 19.529, de 16 de março de 2020* (2020). Regulamenta, no Estado da Bahia, as medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Portal de legislação do estado da Bahia. Salvador, BA: Palácio do Governo do Estado da Bahia. Recuperado em 30 de junho, 2020, de <http://www.legislabahia.ba.gov.br/index.php/>
- Câmara Municipal de Porto Seguro (1994). *Lei nº 187, de 16 de dezembro de 1994*. Porto Seguro: [s.n.], 1994. Recuperado em 13 de outubro, 2021, de <https://bityli.com/cF218Z>

- Câmara Municipal de Porto Seguro (2005). *Lei n° 619, de 30 de dezembro de 2005*. Porto Seguro: [s.n.], 2005. Recuperado em 13 de outubro, 2021, de <https://bityli.com/a1bXo8>
- Câmara Municipal de Porto Seguro (2010). *Lei n° 879, de 30 de abril de 2010*. Porto Seguro: [s.n.], 2010. Recuperado em 13 de outubro, 2021, de <https://bityli.com/9LQVIh>
- Câmara Municipal de Porto Seguro (2015). *Lei n° 1279, de 1° de dezembro de 2015*. Porto Seguro: [s.n.], 2015. Recuperado em 13 de outubro, 2021, de <https://bityli.com/iTGVpT>
- Câmara Municipal de Porto Seguro (2019a). *Lei n° 1507 de 17 de julho de 2019*. Porto Seguro: [s.n.], 2019. Recuperado em 13 de outubro, 2021, de <https://bityli.com/k5XBNb>
- Câmara Municipal de Porto Seguro (2019b). *Lei n° 1533, de 06 de novembro de 2019*. Porto Seguro: [s.n.], 2019. Recuperado em 13 de outubro, 2021, de <https://bityli.com/vBIUGw>
- Dantas, M. E, Medina, A. I. M., & Shinzato, E. (2002). Geomorfologia da Costa do Descobrimento - Extremo Sul da Bahia: municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia. *Augustus*, 7(14), 1-11. Recuperado em 10 de setembro, 2019, de <http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/handle/doc/530?show=full>
- Ensslin, L., & Vianna, W. B. (2008). O design na pesquisa quali-quantitativa em engenharia de produção: Questões epistemológicas. *Revista Produção Online*, 8(1). Recuperado em 28 de agosto, 2020, de <https://doi.org/10.14488/1676-1901.v8i1.28>
- Falcão, L. A. C. (2016). *Dicionário de Turismo – Termos Técnicos do meio Turístico: Conceitos, definições, siglas e tipologias*. Futurismologo. Recuperado em 6 de agosto, 2020, de <https://bityli.com/BsT0Vx>
- Fuini, L. L. (2013). Os arranjos produtivos locais (APLs): uma breve explanação sobre o tema. *GeoTextos*, 9(2), 57-83. Recuperado em 9 de agosto, 2020, de <http://dx.doi.org/10.9771/1984-5537geo.v9i2.6985>
- Fundação Getúlio Vargas – FGV (2020). Impactos Econômicos da Covid-19. Propostas para o Turismo. Recuperado em 9 de novembro de 2020, de <https://bityli.com/Kfowa7>
- Gabrielli, C. P. (2017). Turismo responsável: caminhos possíveis? *Revista de Turismo Contemporâneo*, 5(1), 81-97. Recuperado em 4 de setembro, 2020, de <https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/7738>
- Gomes, C. S. C. D (2019). *Potencial turístico de destinos: proposição de um modelo de avaliação com base nos Recursos Endógenos*. Tese (Doutorado em Turismo) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. Recuperado em 3 de agosto, 2020, de <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/28373>
- Haesbaert, R. (2004). *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade* (3.ed.). Bertrand Brasil.
- Humphrey, A. [1960?](2005). *SWOT Analysis for Management Consulting*. United States: SRI Alumni Newsletter.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019). *Porto Seguro*. IBGE. Recuperado em 9 setembro, 2020, de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/porto-seguro/panorama>
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2007). *Inventário Nacional de Bens Sítios Urbanos Tombados: Manual de Preenchimentos*. Edições do Senado Federal, 82. Recuperado em 9 setembro, 2020, de <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/528946>

- Leão, Z. M., Kikuchi, R. K. P., Ferreira, B. P., Neves, E. G., Sovierzoski, H. H., Oliveira, M. D. M., Maida, M., Correia, M. D., & Johnsson, R. (2016). Brazilian coral reefs in a period of global change: A synthesis. *Brazilian Journal of Oceanography*, 64(2), 97-115. Recuperado em 9 de agosto, 2020, de <https://doi.org/10.1590/S1679-875920160916064sp2>
- Martins, C. G. (2019). *O cenário turístico no Porto e Norte de Portugal: fatores de atração do turismo*. Dissertação (Mestrado em Economia) Universidade do Minho. Recuperado em 14 junho, 2020, de <http://hdl.handle.net/1822/60998>
- Ministério do Turismo (2010a). *Ecoturismo: orientações básicas* (2.ed). Recuperado em 14 junho, 2020, de <https://bitly.com/PaY79s>
- Ministério do Turismo (2011). *Inventário da Oferta Turística*. Recuperado em 14 outubro, 2019, de <https://bitly.com/J3cCyj>
- Ministério do Turismo (2019). *Mapa do Turismo Brasileiro 2019*. Recuperado em 20 setembro, 2019, de http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/conteudo/LIVRO_Mapas.pdf
- Moraes, C. S. B. (2006). *Planejamento e gestão ambiental: uma proposta metodológica*. [Tese de, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital USP. Recuperado em 10 junho, 2020, de <https://bitly.com/1MBNAV>
- Navarro, D. (2015). Recursos turísticos y atractivos turísticos: conceptualización, clasificación y valoración. *Cuadernos de Turismo*, (35), 335-357. Recuperado em 6 junho, 2020, de <https://doi.org/10.6018/turismo.35.221641>
- Nigro, G. T., & Denkewicz, P. (2017). *Potencialidades turísticas de Prudentópolis, PR: uma abordagem a partir do turismo rural de base comunitária nas comunidades faxinais* [Artigos Completos]. III Seminário dos cursos de ciências Sociais aplicadas do campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, PR, Brasil. Recuperado em 9 agosto, 2020, de http://anais.unespar.edu.br/iii_secisa/index.php?id=turismo
- Pereira, A. S. (2017). *Porto Seguro-BA: O cotidiano do trabalhador e a espacialidade da cidade-mercadoria* [Tese, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital USP. Recuperado em 8 agosto, 2020, de <https://bitly.com/PeUNGr>
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Seguro; Conservação Internacional; Grupo Ambientalista da Bahia; Movimento de Defesa de Porto Seguro (2014). *Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata atlântica de Porto Seguro* (2 ed). Porto Seguro: Autores. Recuperado em 7 agosto, 2020, de <http://www.gamba.org.br/biblioteca>
- Rocha, M. A., & Salvi, R. F. (2011). As diferentes tipologias envolvendo as saídas a campo na área de ensino de ciências. *Trabalhos Completos do Encontro Nacional de Pesquisa*, Campinas, SP, Brasil, VIII. Recuperado em 9 novembro, 2020, de http://abrapecnet.org.br/atas_enpec/viii/enpec/index.htm
- Santana, E. S. (2016). Sugestão de pesquisa em torno das ações insustentáveis e déficits socioambientais no turismo de Porto Seguro–Bahia. *Revista Letrando*, 4, 170-180. Recuperado em 5 de agosto, 2020, de <http://revistaletrando.com.br/volume4/>
- Santana, S. C. (2014). *Barracas de praia em Porto Seguro Bahia: Planejamento, organização e turismo*. Universidade do Estado da Bahia.

- Santos, M. (1998). O retorno do território. In Santos, M. Souza, M. A. A., & Silveira, M. L. *Território: globalização e fragmentação* (4ª ed., pp.15-20). São Paulo: HUCITEC.
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (2016). *Relatório de Inteligência: Certificações verdes*. Cidade, Centro SEBRAE de Sustentabilidade. Recuperado em 17 de agosto, 2020, de <https://bitly.com/Bus1gP>
- Silva, C. H. C. O. (2012). Turismo e a Produção do Espaço: Perfil Geográfico de uma Prática Socioespacial. *Geografia Ensino & Pesquisa*, 16(2), 47-61. Recuperado em 24 de agosto, 2020, de <https://doi.org/10.5902/223649947334>
- Silva, I. R. (2004). *Praias da Costa do Descobrimento: uma contribuição para a gestão ambiental*. [Tese, Universidade Federal da Bahia]. Repositório Institucional UFBA. Recuperado em 24 de janeiro, 2020, de <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/23365>
- Sposito, E. S. (2004). *Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo, Editora UNESP.
- Teixeira, J. F., & Dias, L. O. (2011). *Análise dos Processos de Certificação do Turismo Sustentável em Goiás* [Anais da apresentação no seminário]. XIX Seminário de Iniciação Científica da UFG, Goiânia, GO, Brasil. Recuperado em 27 de agosto, 2020, de <https://projetos.extras.ufg.br/conpeex/2011/pibic.html>
- Venturi, L. A. B. (2006). Recurso natural: a construção de um conceito. *GEOUSP Espaço e Tempo*, 10(1), 9-17. Recuperado em 30 de agosto, 2020, de <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2006.74004>
- Wallingre, N., & Toyos, M. (2010). *Diccionario de Turismo, Hotelaría y Transporte* [Dicionário de Turismo, Hotelaria e Transporte] (2. ed.). Universidad del Salvador. Recuperado em 29 de agosto, 2020, de <http://catedraabiertadeturismo.unq.edu.ar/>
- Wearing, S., & Neil, J. (2001). *Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades*. Barueri: Manole.